



Índice

- 01** Aumenta para 5 o número de baleados em confronto com índios, no PA
- 02** Índios também entram em confronto com posseiros no nordeste do Pará
- 03** Mozarildo condena tentativa da Funai de demarcar área para a tribo Pirititi em RR
- 04** Garimpo ilegal em terra indígena de Roraima leva 80 pessoas à prisão
- 05** Defensor cria associação em Terra Indígena na cidade de Poxoréu
- 06** Operação em área Yanomami prende 80 pessoas por garimpo, em Roraima
- 07** MPF cobra Sesai sobre transporte de doentes na aldeia Jaraguá
- 08** Quilombolas de Costa Marques lançam fascículo de mapeamento e cartografia social
- 09** Para rechaçar REDD+ e as indústrias extrativas, enfrentar o capitalismo e defender a vida e os territórios
- 10** Mulheres indígenas do TO divulgam carta pela libertação de Elton Suruí
- 11** Ruralistas ampliam ataque aos direitos fundiários dos povos indígenas
- 12** Festival de Cultura Afro-brasileira em Amarante
- 13** MPF, Presidência da República e Estado buscam efetivar políticas públicas para quilombolas
- 14** Prefeitura de Dourados pode ser denunciada à Unesco por discriminação a alunos indígenas



- 15 Semana de União Nacional na Luta pelos direitos de Povos Indígenas e Quilombolas fica mais complicada!
- 16 MPF em Ilhéus/BA recomenda que Secretaria de Educação retome as obras da escola indígena na Serra Padeiro
- 17 Seminário "Hidrelétricas no Tapajós: resistência e perspectiva": 11/12, em Belém
- 18 PEC 215: Relatório sob suspeita de ter sido elaborado pela CNA pode ser votado amanhã
- 19 Parlamentares criticam morosidade para resolver questão das terras indígenas terça-feira, 2 de dezembro de 2014
- 20 Vítima de conflito entre índios e colonos no PA segue internada
- 21 Prevbarcos atenderam mais de 600 mil ribeirinhos
- 22 Índio de 40 anos é preso no aeroporto de M. Claros ao embarcar com revólver. E apresenta carteira da Funai
- 23 FAMILIAS ÀS MARGENS DO SÃO FRANCISCO NÃO TÊM ÁGUA
- 24 Índios da Venezuela impedem abastecimento de carros de Roraima
- 25 Deputada Janete alerta para ameaça aos índios
- 26 Indígenas da etnia terena continuam em fazenda em Aquidauana, MS
- 27 Famasul divulga nota de repúdio sobre invasão de fazenda no MS
- 28 "Comissão debate situação de posseiros retirados de área indígena no Mato Grosso"
- 29 III Carta da Autodemarcação do Território Daje Kapap Eypi, Munduruku



Aumenta para 5 o número de baleados em confronto com índios, no PA

SÍTIO GLOBO.COM, 1º.12.2014

*Colonos foram atingidos em confronto com tembés, em Garrafão do Norte.
Conflito teria ocorrido durante reintegração de posse nesta segunda, 1º.*

Aumentou para cinco o número de pessoas baleadas durante conflito com índios tembé, ocorrido nesta segunda-feira (1º), numa localidade perto de Garrafão do Norte, nordeste do Pará. O quinto ferido é João Soares Braga, 24 anos, baleado no cotovelo. Segundo a Secretaria de Saúde do município, uma ambulância permanece na colônia Vila do Livramento, distante 22 quilômetros de Garrafão do Norte, onde há informações de outros dois feridos. Equipes continuam as buscas por vítimas do baleamento.

O conflito ocorreu próximo à reserva indígena do Alto Rio Guamá. A área do conflito foi reintegrada para os índios em setembro deste ano, pela Justiça Federal. O processo já durava 35 anos. Segundo a Funai, uma estrada de acesso foi aberta na área como início das ações de reintegração e retirada dos colonos da área da fazenda, que seria feita com apoio do Incra. Durante a reintegração, nesta segunda (1º), houve confronto.

As outras quatro pessoas feridas a tiros são Francidalva de Souza, 31; Deusdete Bezerra da Silva, 34; Manoel João Ramos de Oliveira, 51; e José de Souza Silva, 16 anos, o caso mais grave, transferido para o Hospital Metropolitano, após ser atingido no quadril. Segundo a Secretaria de Saúde do município, o jovem declarou que foi baleado ao tentar socorrer uma criança de 5 anos, que teria sido gravemente ferida.

Para realizar os atendimentos, a secretaria convocou médicos que estavam de folga, enfermeiros e mais de 10 técnicos de enfermagem para ajudar no socorro às vítimas. Carros foram abastecidos para trazer para Belém os pacientes mais graves.

Entenda o caso

Segundo a Funai, a fazenda onde ocorreu o confronto pertence a herdeiros da família Mejer Kabacvnik, que recebeu autorização do Incra para ocupar a área limite, mas invadiu 9 mil hectares da terra indígena, na década de 70.

Após 35 anos de processos judiciais, no último mês de setembro foi concedida uma liminar da Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), determinando a reintegração para os índios da área de 9 mil hectares. Outra liminar da Justiça Federal, em Paragominas, também deu a reintegração dos índios, em 10 de outubro.



Índios também entram em confronto com posseiros no nordeste do Pará

SÍTIO GLOBO.COM, 1º.12.2014

*Segundo a polícia, confronto ocorreu durante reintegração de posse.
Pelo menos quatro colonos deram entrada no hospital municipal da cidade.*

A polícia investiga um confronto que teria ocorrido nesta segunda-feira (1º) entre índios também e colonos que vivem na Vila do Livramento, próximo à reserva indígena do Alto Rio Guamá, em Garrafão do Norte, nordeste do Pará. A Funai não tem informações sobre mortes.

A área do conflito foi reintegrada para os índios em setembro deste ano, pela Justiça Federal. O processo já durava 35 anos. Segundo a Funai, uma estrada de acesso foi aberta na área como início das ações de reintegração e retirada dos colonos da área da fazenda, que seria feita com apoio do Incra. Durante a reintegração, houve confronto.

As polícias civil e militar de Garrafão do Norte e um destacamento da PM de Capitão Poço, município vizinho, enviaram equipes para o local. Segundo a polícia, a população relata que houve mortos e feridos, mas ainda não há confirmação do número de vítimas.

Segundo a Secretaria de Saúde do Município, pelo menos quatro pessoas ficaram feridas. Os colonos disseram que foram baleados pelos índios.

Entenda o caso

Segundo a Funai, a fazenda onde ocorreu o confronto pertence a herdeiros da família Mejer Kabacvnik, que recebeu autorização do Incra para ocupar a área limite, mas invadiu 9 mil hectares da terra indígena, na década de 70.

Após 35 anos de processos judiciais, no último mês de setembro foi concedida uma liminar da Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), determinando a reintegração para os índios da área de 9 mil hectares. Outra liminar da Justiça Federal, em Paragominas, também deu a reintegração dos índios, em 10 de outubro.



Mozarildo condena tentativa da Funai de demarcar área para a tribo Pirititi em RR
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 1º.12.2014

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) condenou a tentativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) de demarcar área indígena para a tribo Pirititi, no município de Rorainópolis, sul de Roraima.

Mozarildo afirmou que a retirada de produtores rurais dessa região prejudicará agricultores e a economia do estado. Ele questionou a legalidade da demarcação e citou denúncias de que funcionários da fundação estariam mandando trabalhadores deixarem a área, sem qualquer respaldo judicial.

O senador leu no Plenário, nesta segunda-feira (1º), a resposta dada pela Funai ao caso. A fundação informa que os indígenas que estão na área são isolados e ressalta que "todos os atos produzidos em terras indígenas são considerados nulos quando se identifica uma comunidade isolada". A Funai acrescenta que mesmo que os produtores rurais tenham documentos, não podem permanecer na área, sendo depois indenizados pelas benfeitorias construídas.

Mozarildo comparou a situação com a de muitas famílias retiradas da área da Reserva Raposa Serra do Sol que, afirmou o parlamentar, até hoje estão desalojadas. Para o senador, a política indigenista brasileira e a própria Funai precisam ser investigadas. Mozarildo disse que se não estivesse em fim de mandato, pediria uma CPI sobre o órgão.



Garimpo ilegal em terra indígena de Roraima leva 80 pessoas à prisão

SÍTIO JORNAL O TEMPO, 1º.12.2014

A maioria das prisões ocorreu em flagrante; ação faz parte da operação Krokorema 2, realizada pela Funai e pela Cipa (Companhia Independente de Policiamento Ambiental)

Ao menos 80 pessoas foram presas nesta segunda-feira (1º) por garimpo ilegal de ouro e diamante na Terra Indígena Yanomami, no interior de Roraima, a cerca de 300 km da capital, Boa Vista.

A ação faz parte da operação Krokorema 2, realizada pela Funai e pela Cipa (Companhia Independente de Policiamento Ambiental), responsável pelas prisões. Segundo a companhia, os garimpeiros estão se entregando nesta tarde, o que deve elevar o número de detidos nas próximas horas. "Há elementos de crime ambiental, também, pois há assoreamento do rio e despejo de metais pesados, como mercúrio, em uma bacia hidrográfica que alimenta o rio Branco, em Boa Vista", diz o major Miguel Arcanjo, comandante da Cipa. A atividade ilegal foi identificada após sobrevoo da Funai pela área.

A maioria das prisões ocorreu em flagrante. Todos os 80 detidos serão encaminhados nesta terça (2) para a sede da Polícia Federal em Boa Vista. Além das prisões, os policiais também trabalham para destruir os equipamentos utilizados no garimpo ilegal no rio. Ao menos dez balsas foram inutilizadas.

A tensão no local aumentou no último sábado (29), quando um sargento da Cipa foi baleado durante a operação. Segundo Arcanjo, o sargento passa bem e não corre risco de morrer.

Folhapress



Defensor cria associação em Terra Indígena na cidade de Poxoréu

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 1º.12.2014

Após convite do Conselho Indigenista Missionário, o Defensor Público responsável pela Coordenadoria de Direitos Humanos da Defensoria, Roberto Tadeu Vaz Curvo, foi a Terra Indígena Jarudóri, em Poxoréu, e criou a Associação Kiedu Kuri. Cerca de 60 indígenas residem no local.

Dentre os objetivos da associação, conforme explicou o Defensor, estão a defesa dos direitos coletivos ao território e ao patrimônio cultural em todos os aspectos e dos direitos humanos da comunidade da Aldeia Bororo Nokodo Kuguri Ri, a proteção, defesa e uso sustentável dos recursos naturais de suas terras, bem como a contribuição para o fortalecimento da memória cultural e étnica do indígenas.

“A associação visa ainda a promoção de atividades para o sustento dos associados e o intercâmbio com outras organizações, indígenas ou não, entidades científicas, de ensino e desenvolvimento social, nacional e internacional, visando a defesa, valorização e divulgação do seu patrimônio cultural”, completou Vaz Curvo.

Além disso, a mesma deve trabalhar em prol de uma educação escolar diferenciada, assim como promover Ação Civil Pública e outras iniciativas judiciais e extrajudiciais, com a finalidade de defender os direitos e interesses do seu povo.

“As atividades serão efetuadas mediante a obtenção de recursos financeiros, ajuda mútua entre associados e celebração, por parte da Diretoria Executiva, de convênios, acordos ou parcerias com entidades internacionais, nacionais, públicas e privadas, dentro dos objetivos a que se propõe o Estatuto”, ressaltou o Defensor. (Flávia Borges e Gabriela Galvão/Assessoria)

Operação em área Yanomami prende 80 pessoas por garimpo, em Roraima

SÍTIO GLOBO.COM, 1º.12.2014

*Pessoas presas são suspeitas de praticar garimpo na área indígena.
Operação ocorre na região de Waicais, a 300 quilômetros de Boa Vista.*

Mais de 80 pessoas foram presas nesta segunda-feira (1º) por prática de garimpo e prostituição na Terra Indígena Yanomami, no nordeste de Roraima. As detenções foram feitas na região de Waicais, a 300 quilômetros de Boa Vista, durante atividades da 'Korekorema II', operação de combate à permanência ilegal em área de reserva indígena iniciada na quinta-feira (27), após uma equipe da Fundação Nacional do Índio (Funai) constatar, durante sobrevoo, a prática de garimpo na localidade. Doze policiais militares atuam na operação apoiando a Funai (Veja vídeo acima)

Ao G1, o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY), João Catalano, disse que com as pessoas detidas foram encontradas armas, drogas, canoas e motores. Na região de Wuaicais vivem cerca de 80 índios da etnia Yanomami.

"Os garimpeiros e as pessoas que estão com eles estavam vivendo ilegalmente na cabeceira do rio Uraricoera e cometendo vários crimes juntamente com a prática do garimpo. Além disso, os índios nativos da região estavam sendo feitos reféns por eles", alegou Catalano.



Cerca de 80 índios vivem na Comunidade de Waicas, a mais de 300 quilômetros de Boa Vista
(Foto: Divulgação/ Funai)

Além das prisões, dez das 38 balsas usadas pelas aproximadamente 500 pessoas que vivem de forma ilegal na região já foram destruídas. Desta forma, segundo Catalano, a operação deve causar 'pelo menos R\$ 4 milhões em prejuízo' aos financiadores do garimpo.

"Essas operações têm o objetivo de causar prejuízo, porque quando você 'mexe no bolso' do cidadão que investe no garimpo, ele tende a deixar a atividade econômica, que passa a ser inviável", pontuou.

Membros da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana, da Funai, Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) e 12 homens da Polícia Militar participam da 'Korekorema II', que significa 'panela velha' na língua Yanomami.

CONT.

Poluição

Segundo Catalano, o garimpo na cabeceira do rio Uraricoera, em Wuaicais, gera diversos malefícios às populações indígenas e pode refletir na qualidade da água do Rio Branco, que abastece todo o estado. A contaminação da água ocorre pelo despejo de metais pesados, combustível e lixo no rio Uraricorera.



O combustível que mantém as balsas, o lixo e metais pesados são jogados no rio Uraricoera e podem afetar as populações de todo o estado, segundo a Funai (Foto: Divulgação/ Funai)

"Num primeiro momento, a contaminação do rio Uraricoera afeta com muita intensidade as comunidades indígenas e depois acaba afetando toda a população de Roraima", disse Catalano complementando que há garimpos nos rios Mucajaí e Apiaú. "Essa situação extrapola a questão indígena e se torna um problema de saúde pública".

Operação

Iniciada há quatro dias, a 'Korekorema II' é a continuação de uma operação de mesmo nome desencadeada no início deste ano. Antes de iniciar a ação, membros da Funai fizeram um sobrevoo pela região no último dia 18 e constaram a prática da atividade ilegal.

Estima-se que nessa etapa da ação mais de 90 pessoas já tenham sido detidas, e pelo menos três delas trazidas para Boa Vista. No sábado (28) um sargento da Polícia Militar foi baleado durante um confronto e um reforço policial foi enviado à região.

Depois de detidas, todas as pessoas que vivem ilegalmente na região deverão ser entregues na sede da Polícia Federal, em Boa Vista. "A missão da Funai se encerra quando os criminosos são retirados da área indígena e passam a ficar sob responsabilidade das polícias federal e militar", encerrou Catalano.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

MPF cobra Sesai sobre transporte de doentes na aldeia Jaraguá

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 1º.12.2014

O Ministério Público Federal cobra esclarecimentos da Secretaria Especial da Saúde Indígena - Sesai, ligada ao Ministério da Saúde, sobre a situação do transporte de pessoas que necessitam de atendimento médico na aldeia Jaraguá.

Após uma criança e um idoso morrerem no último mês os indígenas resolveram reter, desde a última terça-feira (25/12), uma van da Sesai como forma de protesto. Lideranças indígenas denunciam que os carros existentes na aldeia estão em condições precárias e colocam em risco a vida do motorista e dos indígenas transportados. Reportagem Marilu Cabañas.



Quilombolas de Costa Marques lançam fascículo de mapeamento e cartografia social
SÍTIO TUDO RONDÔNIA 2014, 1º.12.2014

A vice-presidente da Associação fala que alguns comandantes dialogam com a população local e que pedem para comunidade ajudar.

Associação Quilombola do Forte Príncipe (AsqForte) lançou na última sexta-feira, 28, em Costa Marques, o fascículo "Mapeamento Social" que fez a cartografia da Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, pertencente ao município. A obra tem como objetivo informar a população local sobre gestão territorial contra desmatamentos e devastação florestal.

A presidente da AsqForte, Florinda Junior dos Santos, mais conhecida como dona Dadá, destacou em sua fala a importância do resgate de memória da comunidade e a divulgação do fascículo. "Estamos passando por muitos problemas, principalmente com o Exército Brasileiro, que quer impor um acordo de convivência de cima para baixo".

Há pelo menos quatro anos o trabalho de mapeamento da área onde está a Comunidade do Forte Príncipe vem sendo georreferenciado por técnicos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), Universidade do Estado do Amazonas e os próprios quilombolas.

Entretanto existe uma batalha envolvendo o Exército Brasileiro, que possui um Batalhão no mesmo local. De acordo com a vice-presidente da AsqForte, Maria do Nascimento Rodrigues, os moradores estão à mercê de cada comandante que chega todos os anos.

A vice-presidente da Associação fala que alguns comandantes dialogam com a população local e que pedem para comunidade ajudar. "Tem outros que já chegam impondo e se a gente não fizer do jeito deles, cortam até o fornecimento de água do poço. Isso já aconteceu várias vezes.

O Governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária (Seagri), vem buscando intermediar o conflito entre a Comunidade Quilombola do Forte Príncipe e o Exército. Entretanto, segundo Laís Mirian dos Santos, uma das diretoras da AsqForte, desde o ano passado, a Seagri não participa das reuniões.

"O que estamos conseguindo até agora foi junto com o procurador federal Henrique Felber Heck, que está tentando negociar diretamente com o Comando do Exército em Porto Velho e conseguimos falar pessoalmente com a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat", explicou Laís.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Paralelo ao problema com os militares, eles vêm buscando melhorar a condição da comunidade com apoio governamental. A gerente regional da Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas) no Vale do Guaporé, Ana Cristina Bonfim, falou sobre a parceria entre os governos federal, estadual e municipal, que possibilitou levar o programa de qualificação profissional "ProJovem Trabalhador" para a comunidade.

Ao final de sua fala, Laís Mirian agradeceu a presença de todos e enfatizou que continuarão lutando por suas terras. "Nós poderíamos ficar quietinhos aqui, sem fazer barulho, aceitando tudo o que o Exército manda. Mas, nós estamos aqui há muito mais tempo do que eles e nós temos nossos direitos e vamos lutar por eles. Para que nossos filhos, netos e as outras gerações possam viver a nossa cultura e as nossas tradições aqui, vamos lutar sempre".



Para rechaçar REDD+ e as indústrias extrativas, enfrentar o capitalismo e defender a vida e os territórios

SÍTIO CIMI, 1º.12.2014

COP20, Lima, Dezembro de 2014

Por ocasião das negociações da ONU sobre mudanças climáticas em Lima, no Peru - conhecidas como a COP20 -, advertimos que rechaçar REDD+ e os 'serviços ambientais', no contexto da 'economia verde', é uma parte central da nossa luta contra o capitalismo e as indústrias extrativas e em defesa dos territórios, da vida e da Mãe Terra.

Os acordos das Nações Unidas sobre o clima têm falhado em reduzir as emissões de gases que geram o aquecimento global. De fato, os mecanismos e políticas surgidos a partir destes acordos, entre os quais está REDD+, têm permitido continuar, legitimar e intensificar atividades destrutivas como são as mineiras, petroleiras, gasíferas e carboníferas, as monoculturas florestais e o agronegócio, entre outras. Estas indústrias, que são as principais causadoras da crise climática, têm adotado discursos de 'sustentabilidade', 'desmatamento zero', 'responsabilidade socioambiental', 'dissociação' ou 'projetos de baixo carbono', sob o guarda-chuva de uma economia "verde". Mas sabemos que mais além da propaganda para lavar sua imagem, o modelo extrativista e o capitalismo global institucionalizado sempre resultam no saqueio da Mãe Terra, assim como no despejo, violência, destruição e criminalização das comunidades, povos, terras e territórios.

No marco da economia 'verde', seus promotores pretendem fazer-nos crer que é possível um 'crescimento sustentável' da economia, que pode 'dissociar-se da natureza' com as formas de produção capitalista, ou que é factível 'compensar' ou 'mitigar' a contaminação ou a destruição de um lugar com a 'recriação' ou 'proteção' de outro. Sob uma lógica injusta e colonialista, a economia 'verde' subjuga a natureza e os povos autônomos ao impor restrições sobre o uso e controle de seus territórios para encher os bolsos de alguns poucos, inclusive quando as comunidades são as que mantêm títulos de propriedade.

Um dos pilares fundamentais do novo capitalismo global são os 'serviços ambientais'. Eles significam a submissão, financerização, mercantilização, servidão e escravização da natureza à lógica do capital. O mercado de carbono, a compensação de biodiversidade ou os mercados de água são parte desta forma de capitalismo. Os 'serviços ambientais' são, em si mesmos, interdependentes do modelo econômico hegemônico.

Uma das suas formas é o programa para a Redução das Emissões derivadas do Desmatamento e da Degradação das florestas (REDD), e da conservação, manejo sustentável e aumento de 'reservas' de carbono (REDD Plus ou REDD+), e agora também, a agricultura chamada 'climaticamente inteligente'. Os impulsores de REDD+ esperam que a COP20 em Lima sente as

CONT.



bases para incluí-lo formalmente no próximo acordo internacional sobre o clima em 2015 durante a COP21 em Paris. De todas as maneiras, desde vários anos existem projetos e programas deste tipo, e que estão em constante expansão. Várias empresas, ONGs e governos, assim como os fundos de carbono do Banco Mundial e da ONU, estão empenhados em seguir adiante com esse negócio.

Na prática, dado que as florestas se encontram principalmente em terras indígenas e que os camponeses e camponesas alimentam ao mundo, estes esquemas convertem os territórios indígenas e as terras agrícolas tanto em 'sumidouros' de dióxido de carbono como em 'bancos' de água ou biodiversidade.

Por outro lado, do ponto de vista de combater o desmatamento o mecanismo é também absurdo, pois quanto mais desmatamento e ameaça às florestas haja, mais projetos de REDD+ podem ser justificados e levados a cabo com o objetivo de vender a 'escassa' mercadoria do carbono.

Assim, com REDD+ a capacidade das florestas e solos de absorver carbono e retê-lo, das plantas de fazer fotossíntese, de criar a água, de cultivar ou criar biodiversidade está sendo quantificada, monetarizada, apropriada, privatizada e financeirizada como qualquer mercadoria. O comércio de 'serviços ambientais' também impulsiona a impunidade dos contaminadores e destruidores porque, ao invés de cumprirem leis que os proíbem contaminar e desmatar, podem 'compensar', além de evitar combater a mudança climática, pois não se ataca o que a provoca.

A imperante necessidade de não extrair mais combustíveis fósseis, de deter a agricultura e as monoculturas industriais ou de assegurar o respeito aos direitos dos povos indígenas, que dependem, vivem e são parte das florestas, e dos camponeses e camponesas, de manejar, manter e controlar seus territórios, não são temas na agenda das negociações, de modo que a espiral continua e aumenta.

Um claro exemplo nefasto dos projetos tipo REDD+ é aquele firmado entre os estados da Califórnia nos Estados Unidos, Chiapas no México, e Acre no Brasil, que pretende que as indústrias que contaminam na Califórnia o possam continuar fazendo em troca da compra de créditos de carbono de atividades REDD+ no Acre e em Chiapas. Se bem o Acre seja geralmente apresentado ao mundo como o 'modelo da economia verde', a realidade é outra: a exploração de madeira e o comércio de carbono vêm deixando devastação nos territórios e viola os direitos dos povos da floresta (1), como está sendo reportado pela Plataforma Dhesca (de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), depois da sua missão no Acre em 2013 (2).

Outros exemplos incluem o caso da comunidade N'hambita em Moçambique, que assinou um contrato com a empresa inglesa Envirotrade para que esta comercializasse créditos de carbono REDD+, pelo quê seus habitantes, em lugar de alimentos, terão que 'cultivar carbono' em seus territórios durante 99 anos (3). Outros exemplos como no Quênia (4), Congo (5), Papua Nova Guiné (6), Camboja (7), Brasil (8), e mais casos, demonstram como projetos REDD+ podem significar despejos forçados, prisões e despojo de territórios.

CONT.



Já são numerosas as comunidades que têm sido pressionadas ou enganadas a firmar contratos que supõe a perda de seus direitos sobre suas terras e territórios ancestrais (9). Os projetos tipo REDD+, além disso, não garantem que as empresas extrativas não ingressem nos territórios.

Por exemplo, 'Socio Bosque', o programa tipo REDD+ do Equador, onde as comunidades estão obrigadas a cuidar a floresta por 20 ou 40 anos para que o Estado possa assegurar-se que os 'serviços ambientais' estejam conservados e possam ser comercializados, permite a extração de petróleo ou a mineração nestas zonas (10).

Não obstante, REDD+ anuncia querer combater o desmatamento, garantir a participação local, melhorar a gestão das florestas, melhorar as condições de vida e desenvolvimento das populações locais e, em certas ocasiões, inclusive implementar os direitos territoriais, além de alegar combater as mudanças climáticas. Mas os incontáveis programas nacionais e sub-nacionais, acordos bilaterais e multilaterais e os projetos REDD+ a nível mundial demonstram cada vez mais que estas são mentiras e que seu objetivo é o de acumular mais capital e controlar territórios.

As comunidades afetadas por projetos REDD+, seja de forma direta ou indireta - através das empresas contaminadoras que se beneficiam com os créditos de carbono gerados por tais projetos, ou através do Estado, não têm sido realmente informadas do que significa este tipo de compromissos. Os projetos REDD+ já estão definidos por seus promotores antes de serem apresentados às comunidades, roubando-lhes na prática a opção real de aceitar ou não o projeto, ou simplesmente são enganadas e caem na 'redd', vendo as promessas não serem cumpridas.

Da mesma forma que REDD+, a chamada agricultura 'climaticamente inteligente', em lugar de ser uma solução para as mudanças climáticas, é uma tentativa a mais das corporações de biotecnologia e do agronegócio para patentear as sementes e controlar as terras agrícolas.

Este mecanismo incitado pela FAO e o Banco Mundial, entre outros, aponta a que as camponesas e os camponeses adotem determinadas práticas de cultivo e utilizem sementes transgênicas 'prontas para o clima', despojando-lhes de seus campos, de sua autonomia, soberania alimentar e conhecimentos ancestrais. A Via Campesina denunciou que a agricultura 'climaticamente inteligente' é a continuação de um projeto iniciado com a revolução Verde na década de 1940 e que continuou nos anos 70 e 80 com os projetos de Redução da Pobreza do Banco Mundial que dizimaram as economias camponesas particularmente no Sul, provocando a perda da soberania alimentar e os tornando dependentes do Norte para poder alimentar a sua população" (11).

Hoje, por exemplo, um programa do Banco Mundial no Quênia busca gerar créditos de carbono ao exigir 'práticas sustentáveis de manejo de terras', as quais incluem o uso de sementes de uma variedade de milho híbrido que a Syngenta vende localmente, pressionando para que os camponeses e camponesas abandonem suas espécies nativas (12). Os partidários dessa perigosa falsa solução querem converter os campos, solos e cultivos em créditos de carbono, o que levaria a um incremento na usurpação de territórios e no despojo de direitos.

CONT.



Inclusive as monoculturas de árvores estão sendo camufladas como 'climaticamente inteligentes'. O avanço das plantações em grande escala de árvores de eucaliptos, pinus, acácias, palma africana e outros é em realidade um processo de aprofundamento da acumulação de capital impulsionada pelas corporações sobre os territórios. As plantações são consideradas como 'sumidouros' de carbono e por tanto aptas para beneficiarem-se de créditos de carbono.

Assim, em Aceh, no norte da Indonésia, um projeto REDD+ com 770 mil hectares foi desenvolvido pela ONG Fauna & Flora Internacional, a empresa broker de carbono Carbon Conservation e o então governador de Aceh. O documento do projeto afirma que uma forma de 'compensar' a perda de florestas na área designada para o projeto REDD+ seria através das plantações de palma africana, para as quais se estimou a 'capacidade de absorver carbono', para poder antecipar assim quantos créditos de carbono poderia gerar o projeto.

Por sua vez, as comunidades locais na área do projeto têm afirmado em numerosas ocasiões não haver sido devidamente consultadas sobre o mesmo ou não ter recebido nenhum benefício, senão ao contrário, a questão da propriedade de suas terras segue sendo um grave problema sem resolver (13).

Empresas como a petroleira Shell ou a mineira Rio Tinto, de plantações florestais e papel e celulose como Green Resources e Suzano, agroindustriais como Wilmar, Monsanto e Bunge, organismos multilaterais como PNUD ou FAO, transnacionais da conservação como Wildlife Works, WWF, The Nature Conservancy ou Conservação Internacional, empresas consultoras, bancos públicos e privados e muitos governos elaboram, apóiam e financiam projetos e programas REDD+ e de agricultura 'climaticamente inteligente'. Estes mecanismos minam as verdadeiras soluções à crise climática, pois são uma distração às mudanças necessárias nas formas de produção e consumo e rumo a economias e sociedades livres de combustíveis fósseis.

Não devemos deixar-nos enganar pelas mentiras e propagandas enganosas. Sabemos que as negociações sobre o clima, cada vez mais capturadas pelo poder corporativo, não tratam de salvar o clima, nem proteger as florestas e as terras, nem erradicar a pobreza ou respeitar os direitos dos povos indígenas. Pelo contrário, protegem covardemente a corporações depredadoras, reforçando um modelo destrutivo e patriarcal.

O que é ainda pior, manipulam informações para culpar pequenos agricultores e agricultoras e povos que vivem e dependem das florestas, como se fossem os principais causadores das mudanças climáticas por criar parcelas para a agricultura de subsistência, quando na realidade são justamente os e as habitantes tradicionais dos territórios que têm permitido a conservação das florestas, das fontes de água e dos ecossistemas.

Não podemos permitir que as falsas soluções para as mudanças climáticas, como REDD+ e a chamada agricultura 'climaticamente inteligente', destruam o equilíbrio da Mãe Terra. Devemos nos opor a este tipo de programas e aos 'serviços ambientais' que buscam perpetuar o capitalismo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Devemos seguir impulsionando a transformação do atual modelo de produção e lutar contra as políticas impostas sobre os povos que priorizam a reprodução do capital por cima da reprodução da vida. São as lutas de indígenas, camponeses e camponesas, residentes urbanos, pescadores e pescadoras, mulheres, homens e jovens em defesa dos direitos e dos territórios que vêm guiando o caminho. São os povos que se opõem a extração petroleira e mineira, aos serviços ambientais, aos projetos agroindustriais e de monoculturas, os que estão dando passos certos frente às mudanças do clima. A esses povos, em lugar de criminalizá-los, há que respeitá-los e reconhecer seus esforços por contribuir a uma transformação global.

Devemos nos organizar pela defesa dos territórios indígenas, pela defesa das populações que vivem, dependem e são parte das florestas, pela defesa da autonomia sobre o controle de seus territórios, pela defesa da Mãe Terra.

Por essas razões dizemos SIM à defesa dos territórios, à defesa das populações que vivem, dependem e são parte das florestas, a sua autonomia sobre seus territórios, e à defesa dos direitos da natureza.

Basta de projetos extrativos, Não aos serviços ambientais, Lutar contra REDD+ também é combater o capitalismo! Não à criminalização dos povos que defendem seus territórios!

Junte-se à marcha da cúpula dos povos!

[Veja aqui: Assinam, inicialmente](#)



Mulheres indígenas do TO divulgam carta pela libertação de Elton Suruí

SÍTIO CEDEFES, 1º.12.2014

Durante encontro na aldeia Morro do Boi, no município de Itacajá, no Tocantins, mulheres indígenas de cinco povos do estado elaboraram carta pedindo a libertação de Elton Suruí, preso pela Polícia Federal em Marabá (PA) desde outubro.

Leia o documento na íntegra:

Carta de Solidariedade ao Guerreiro Elton Suruí

Nós, Mulheres Indígenas dos Povos Krahô, Apinajé, Xerente, Karajá Xambioá, reunidas na aldeia Morro do Boi do povo Krahô, município de Itacajá, Tocantins, refletimos e analisamos a injustiça de sua prisão, mais um parente nosso perseguido e criminalizado por denunciar a violação dos Direitos Indígenas, cometidos na região do Pará, onde já foi derramado muito sangue com a Guerrilha do Araguaia.

Ele é defensor dos direitos indígenas, da luta travada contra os grandes projetos que afetam nossos territórios, não podemos mais viver em paz. Quando reivindicamos nossos direitos, as lideranças são presas, criminalizadas, ameaçadas por órgãos do próprio governo que deveria defender e apoiar a nossa luta.

Precisamos de parente que tem a coragem do Elton, que não se cala diante do Kupem (homem branco), para denunciar e provocar o governo dos sérios problemas que o nosso povo está vivendo, estamos morrendo em nossas aldeias, por falta de assistência na saúde indígena.

O Kupem prende as nossas lideranças como se fossem criminosos, mas o Elton não, ele somente defendeu sua comunidade, luta para que seu povo tenha o atendimento de qualidade.

Pedimos que os órgãos públicos parem de ameaçar prender nossas lideranças em todo o Brasil, somos os primeiros filhos dessa terra, temos nossos direitos garantidos pela Constituição Federal, e ninguém vai arrancar esses direitos.

Pedimos com urgência que Elton Suruí seja libertado, pois as acusações cometidas contra ele são mentirosas, não queremos parente nosso preso injustamente, estamos acompanhando de nossas aldeias esse caso.

As autoridades competentes libertem o nosso amigo, que ele volte para sua aldeia de origem, para sua família, para seus filhos e sua comunidade. Somos filhos da terra, da água, somos povos livres, não vivemos presos, longe do nosso território.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Vamos continuar lutando, não vamos calar nossa voz, o Elton é um dos nossos guerreiros jovens, preparado para o enfrentamento em favor dos nossos direitos.

Soltem o Jovem Elton Suruí!

Aldeia Morro do boi 27 de novembro de 2014

Mulheres indígenas Krahô, Apinajé, Xerente, Karajá de Xambioá.

Ruralistas ampliam ataque aos direitos fundiários dos povos indígenas
SÍTIO CIMI, 1º.12.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudia veementemente o texto do "Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição 215/2000" apresentado pelo deputado ruralista Osmar Serraglio (PMDB-PR), no dia 17 de novembro de 2014 (LEIA INTEIRO TEOR). A PEC 215/2000 e seu Substitutivo é descaradamente inconstitucional e ultrajante aos povos. Inviabiliza novas demarcações de terras indígenas. Reabre procedimentos administrativos já finalizados. Legaliza a invasão, a posse e a exploração das terras indígenas demarcadas.

O Substitutivo propõe uma ampla gama de exceções ao direito de posse e usufruto das terras por parte dos povos indígenas. Além das "ocupações configuradas como de relevante interesse público da União", as exceções e limitações à posse indígena também se

Mobilização nacional contra a
PEC 215



aplicaria em relação à "instalação e intervenção de forças militares e policiais, independentemente de consulta às comunidades indígenas", à "instalação de redes de comunicação, rodovias, ferrovias e hidrovias", à "área afetada por unidades de conservação da natureza", a "perímetros urbanos" e ao "ingresso, trânsito e permanência autorizada de não índios, inclusive pesquisadores e religiosos".

Além de vedar à "ampliação de terra indígena já demarcada", a proposta determina que a delimitação definitiva das terras indígenas seria feita somente por meio da aprovação de projeto de lei. Sendo assim, a demarcação de toda e qualquer terra indígena teria que passar pela aprovação da Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Com um Congresso Nacional dominado pelo ruralismo e interesses das grandes corporações empresariais multinacionais do campo, a consequência prática disso seria o total impedimento de novas demarcações de terras. A Proposta estabelece ainda que, "havendo conflito fundiário", deve ser feita a "permuta de áreas".

Concomitantemente, a Proposta ressuscita a estratégia usada pelo Estado e inimigos dos povos para promover o roubo e o esbulho dos territórios indígenas em décadas passadas ao definir que "As comunidades indígenas em estágio avançado de integração com os não índios podem se autodeclarar, na forma da lei, aptas a praticar atividades agropecuárias e florestais sustentáveis, celebrar contratos, inclusive os de arrendamento e parceria".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Por fim, e não menos grave, o Substitutivo apresentado pelo deputado ruralista Osmar Serraglio, além de abrir a possibilidade das comunidades indígenas “permutar, por outra, a área que originariamente lhe cabe”, determina que “Os procedimentos de demarcação que estejam em desacordo com as disposições desta Emenda Constitucional serão revistos no prazo de um ano, contado da data da publicação desta Emenda”. Com isso, como evidente, abrir-se-ia uma situação de profunda fragilidade e instabilidade jurídica e política relativamente às terras indígenas já demarcadas e que estão na posse dos povos indígenas.

O Cimi reafirma o compromisso de manter o apoio às necessárias, urgentes e abrangentes mobilizações dos povos em defesa do direito às suas terras e às suas Vidas. Não à violência da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Sim à causa e à vida dos povos originários. Pela rejeição da PEC 215/00.

Brasília, DF, 1º de dezembro de 2014

Cimi - Conselho Indigenista Missionário



Festival de Cultura Afro-brasileira em Amarante

SÍTIO PORTAL O DIA, 1º.12.2014

Comunidade quilombola Mimbó realizou O XI Festival , celebrando o dia da Consciência Negra

Na manhã de ontem(30) , a comunidade Quilombola Mimbó, localizada a 18 km da cidade de Amarante – PI, celebrou mais uma vez o dia da Consciência Negra, que vem sendo comemorada já a alguns anos como o Festival da Cultura Afro-Brasileira. Este ano aconteceu o XI Festival, um evento organizado pela Comunidade e sobre Coordenação da professora Sámia Alves, do Professor Bertoldo Neto e Martha Paixão.

O evento contou com a participação da população em geral e de caravanas de alguns colégios do município (Unidade Escolar Polivalente e CEAPI – Cooperativa Educacional de Amarante Piauí). Foi grande a movimentação na comunidade, principalmente por conta das apresentações culturais que engrandeceram o evento.

A programação teve como abertura a fala dos Coordenadores e o lançamento do Grupo “os Pretinhos” (da Comunidade Quilombola Mimbó); A capoeira não poderia ficar de fora deste momento representado pelo Grupo “Magia da Capoeira”; O Grupo “Cultura Viva”(Unidade Escolar Polivalente), que estavam sobre a coordenação das professoras: Graça Lopes, Edvânia, Iderlâne, os Professores: Janilson e Naat; A comunidade apresentou o Espetáculo Quilombo Mimbó e o Grupo Hip-Hop.

Mas o momento eufórico da festa ficou por conta dos desfiles que já faz parte da programação desde o início do Festival, no momento foi escolhido a Musa do Mimbó, crianças da comunidade que disputam tradicionalmente com suas vestes e pinturas tradicionais. A garotinha Amanda foi à vencedora.

O mais esperado foi a escola do Mister Negro e da Miss Negra 2014, uma disputa empolgante e eletrizante entre as beldades que desfilaram suas belezas, diante de um público de centenas de torcedores e torcedoras, e de três jurados (Eloi, Luana e Maria Inês), concorreram 10 para Mister e 07 para Miss, o Mister foi Luiz Fernando e a Miss Camila Rodrigues.

Houve também as artes nas cabeças dos meninos feitas pelo aluno Sebastião que demonstrou suas habilidades em cortes estilizados e cheio de detalhes.



MPF, Presidência da República e Estado buscam efetivar políticas públicas para quilombolas

SÍTIO PB AGORA, 1º.12.2014

Com o objetivo de tratar das políticas públicas para comunidades quilombolas na Paraíba, o Ministério Público Federal (MPF), juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR) e a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB), vão promover reunião de trabalho com prefeitos e prefeitas dos 26 municípios paraibanos que têm comunidades quilombolas em sua área de abrangência. A reunião está prevista para 10 e 11 de dezembro de 2014, no município do Conde (PB), litoral sul do estado.



O evento é uma iniciativa paraibana e busca apresentar aos gestores municipais o Plano Brasil Quilombola, cujas metas e recursos, conforme dados do Portal da Igualdade, têm como objetivos "a garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental", dentre outros. Outra finalidade da reunião é sistematizar propostas de políticas para serem implementadas em cada município e respectiva comunidade quilombola.

Na manhã do primeiro dia estão previstas explanações de representantes de vários órgãos, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes e Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas da Paraíba.

Também serão formados grupos de trabalho integrados por membros do Ministério Público Federal, prefeitos e organizações sociais do movimento quilombola que sistematizarão as propostas para as respectivas regiões. O objetivo final é que as propostas sejam validadas ainda no encontro. As conclusões e encaminhamentos farão parte de relatório que será enviado para os órgãos que atuam com a temática quilombola.

Conde – No município do Conde, onde fica a pousada Enseada do Sol, Av. Beira Mar S/N praia de Carapibus – Conde, local escolhido para sediar o evento, há três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP): Mituaçu, Gurugi e Ipiranga. Em todo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Estado da Paraíba há 37 comunidades certificadas pela FCP e outras quatro com processo aberto, aguardando certificação. A Fundação Palmares é entidade vinculada ao Ministério da Cultura e já emitiu mais de 2.476 certificações para comunidades quilombolas no país. O certificado, conforme dados obtidos no site da FCP, “reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal”.

Assessoria de Comunicação

Prefeitura de Dourados pode ser denunciada à Unesco por discriminação a alunos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1º.12.2014

Em ação ajuizada pelo MPF, Justiça reconhece conduta discriminatória e obriga Município a construir salas em aldeia. Omissão dos gestores deixou 600 crianças fora da escola.



Para Justiça, situação da educação indígena em Dourados é discriminatória.
(Foto: Relatório Fotográfico da Escola Municipal Tengatui Marangatu)

MPF/MS

Na quarta-feira (26), a Justiça Federal de Dourados/MS concedeu liminar ao Ministério Público Federal (MPF) para a ampliação de vagas escolares nas aldeias do município. A decisão obriga a Prefeitura a construir salas de aula e reformar escola imediatamente, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. O prazo para início das obras é de 5 dias.

Em Dourados, 600 crianças indígenas estão fora da escola por omissão da Prefeitura e os alunos que conseguem se matricular são obrigados a estudar em salas superlotadas e improvisadas. Para a Justiça, a situação retrata caso de discriminação étnica, que, se não for sanado, será denunciado pelo próprio juízo à Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

“Parece-nos inimaginável que, sob o pálio da Constituição Cidadã de 1988, ocorra uma situação em que mais de 600 crianças encontram-se às margens da educação formal e, o mais grave, crianças que habitam uma das regiões mais ricas e desenvolvidas de Mato Grosso do Sul”, destaca a decisão que enfatiza que Prefeitura está “relegando ao abandono intelectual uma grande quantidade de crianças indígenas que vivem confinadas na miséria de um verdadeiro gueto étnico”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Com a liminar, o Município deve iniciar imediatamente as obras para a construção de 5 salas de aula na Escola Tengatui Morangatu e para a revitalização da Escola Francisco Ibiapina. Relatório das medidas adotadas deverá ser apresentado semanalmente em juízo.



Foto: Relatório Fotográfico da Escola
Municipal Tengatui Morangatu

Improbidade

Na ação ajuizada, o MPF pleiteia também a condenação do prefeito Murilo Zauith por improbidade administrativa. Documentos encaminhados pela própria prefeitura reconhecem a inércia do gestor, que em 2012, chegou a apresentar projeto de construção de salas de aula, mas a proposta jamais saiu do papel.

Para o MPF, a não adoção de medidas para solucionar a situação escolar indígena demonstra a omissão do prefeito municipal, "que, pelo menos desde 2012, possui ciência inequívoca da situação calamitosa e do elevado quantitativo de crianças em idade escolar fora das salas de aula em razão da superlotação, mas não faz nada".

O prefeito, se condenado, pode ser obrigado a pagar multa civil no valor de 50 vezes o montante de sua remuneração, além da proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 10 anos.

Referência Processual na Justiça Federal de Dourados: 0002958-82.2014.4.03.6002



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Semana de União Nacional na Luta pelos direitos de Povos Indígenas e Quilombolas fica mais complicada!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1º.12.2014

Tania Pacheco

Esta manhã postei um lembrete sobre os eventos envolvendo indígenas e quilombolas esta semana, marcados para os dias 2 e 3 de dezembro. Acontece que, de acordo com informação enviada por Henyo Barretto, a votação do novo limite para o superávit fiscal, que deveria ter ocorrido na semana passada, ficou para amanhã, terça-feira. Em consequência, a sessão da Comissão Mista que tratará da Regulamentação do § 6º do Artigo 231 da Constituição foi adiada para quarta-feira.

Isso significa que na tarde do dia 3 teremos, a partir das 14 horas, no Congresso, a discussão do Projeto de Lei apresentado por Romero Jucá para 'regulamentar' o artigo 231; e, a partir das 14:30, o debate sobre a proposta de Osmar Serraglio para a PEC 215. Ainda em Brasília, o Supremo Tribunal Federal estará recolocando em discussão a ADI 3239, do DEM, que pretende também usurpar direitos legítimos – desta vez, dos quilombolas.

Como se não bastasse, também às 14 horas, em Campo Grande, estará sendo realizada audiência de conciliação marcada pelo juiz da 4ª Vara Federal, relativa à Terra Indígena Taunay-Ipegue. E há outros projetos relativos a povos indígenas e comunidades tradicionais na agenda do Congresso, para discussão em plenária. Ou seja: dezembro começou bem...

Que consigamos de fato fazer de tudo isso uma semana que marque de fato a nossa União Nacional na Luta pelos direitos de Povos Indígenas e Quilombolas!



MPF em Ilhéus/BA recomenda que Secretaria de Educação retome as obras da escola indígena na Serra Padeiro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1º.12.2014

Além de licitar empresa para construção da escola, a SEC deve, ainda, informar aos índios da região os valores destinados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a unidade escolar

MPF BA

O Ministério Público Federal (MPF) em Ilhéus/BA recomendou que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) dê início, com urgência, ao processo licitatório para retomada das obras de construção de escola indígena da comunidade tupinambá na Serra do Padeiro, no sul da Bahia. Além disso, foi recomendado que sejam impostas as penalidades cabíveis à empresa Astec Construções Ltda, em razão da execução apenas parcial da obra para que foi contratada. A SEC deve, ainda, informar aos indígenas da região os valores destinados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a construção da unidade escolar.

Em 2007, houve a destinação de verbas do FNDE para a construção da Escola Indígena Estadual Tupinambá Serra do Padeiro, por meio de um convênio com a SEC no valor de 5,1 milhões de reais. No ano de 2011, foi firmado, então, contrato com a empresa Astec Construção Ltda por meio de licitação. Porém, apenas 16,94% da obra foi executada. Devido ao baixo desempenho da empresa, paralisações frequentes e outros problemas, o contrato foi rescindido.

Após novo procedimento licitatório, em 2013, a empresa Ilhabella Construtora Ltda foi contratada para atender à mesma demanda. Porém, por motivo de impossibilidade de trânsito no município de Buerarema/BA, por causa de questões de propriedade e uso de terra envolvendo fazendeiros e a comunidade indígena, o contrato foi rescindido amigavelmente.

De autoria da procuradora da República Cristina Melo, a recomendação considerou a necessidade de preservação do patrimônio público diante das verbas federais já empregadas para a obra, devendo-se dar continuidade à construção da unidade escolar para que não se deteriore o que já foi realizado.

A recomendação exarada é mais uma medida do MPF em prol de uma educação escolar indígena de qualidade. Nesse mesmo sentido, após a intervenção do procurador da República Tiago Rabelo, foi criada a unidade escolar indígena na aldeia Acuípe de Baixo, em 15 de junho de 2014 (Portaria DO nº 5742/2014), por desmembramento da escola estadual sede. A unidade escolar passou a oferecer os ensinos fundamental e médio, inclusive com a implantação do 6º ano.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Educação Escolar Indígena – De acordo com art. 4º do Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, a escola indígena deve se localizar em terras habitadas por índios, atender exclusivamente a comunidades indígenas, possuir organização escolar própria e o ensino deve ser ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas. A escola desta modalidade tem uma realidade singular, inscrita na territorialidade, em processos de afirmação de identidades étnicas, produção e (re)significação de crenças, línguas e tradições culturais.

[Confira a íntegra da recomendação nº 13/2014 expedida pelo MPF em Ilhéus.](#)

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal na Bahia

Seminário "Hidrelétricas no Tapajós: resistência e perspectiva": 11/12, em Belém
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1º.12.2014

A história dos grandes projetos na Amazônia não é nova; de fato pode-se até dizer que a semente que a fez germinar posteriormente foi plantada ainda durante a invasão dos europeus a esta região. Avança depois com os governos da ditadura, consolidando-se com os contemporâneos, governos componente de um Estado fomentador de políticas autoritárias, porém travestidas com uma manta democrática. Belo Monte pode ser considerada o símbolo desta retomada.

Imediatamente após o início das obras de construção desta usina, em 2011, a região do Xingu (e a cidade de Altamira em especial) experimentou grande elevação nos índices de violência urbana. Dados da Superintendência da Polícia Civil do Xingu apresentaram, comparando os meses de janeiro a novembro/2010 com janeiro a novembro/2011, um aumento de quase 20% nos crimes

sexuais; 70% em lesões corporais; 140% em quantidade de armas apreendidas; 40% nas prisões em flagrante; 85% na quantidade de traficantes presos; 45% na quantidade geral de prisões; 120% na quantidade de adolescentes detidos; e 500% na quantidade de latrocínios. Atualmente estes percentuais são muito maiores.

Além dos anteriormente especificados, verificou-se um considerável aumento nos preços dos alimentos, dos alugueis, na quantidade de atropelamentos e demais acidentes de trânsito, na expulsão compulsória de mais de 40 mil pessoas das zonas rurais e urbanas, isto sem falar nos impactos ambientais observados, entre outros problemas. Questões que de forma nenhuma ficam compensadas com os empregos temporários gerados para a população da região, a maioria por no máximo dois anos.

No que se refere aos impactos em terras indígenas, as obras civis de Belo Monte já atingiram diretamente, com a contaminação e redução do volume de água do rio Xingu, a Terra Indígena Paquichamba, do povo Juruna, e Arara da Volta Grande, do Povo Arara, atingindo indiretamente a TI Juruna do Quilômetro 17 e Trincheira Bacajá, do povo Xicrin. Soma-se a isto a



CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

concretização da aniquilação cultural destes povos, iniciada com a construção da Transamazônica e com outros projetos. O etnocídio está sendo neste momento finalizado.

Agora o Governo Federal da presidente reeleita Dilma Rousseff, firmemente pautado na suspensão da lei na região Amazônica, um real estado de exceção, volta seus olhos para o conjunto de sete empreendimentos hidrelétricos no rio Tapajós e seus afluentes. A primeira é a UHE São Luiz do Tapajós, a maior delas, com capacidade prevista de mais de 6.000 MW/h.

Os 13 mil índios Munduruku que habitam a região já afirmaram que não querem hidrelétrica em seu rio. Assim, as ações e reações tendem a se acirrar, de um lado e de outro.

O Seminário "Hidrelétricas no Tapajós: resistência e perspectiva" objetiva discutir a atual conjuntura dos grandes projetos na Amazônia, interpretar a proposta que está sendo feita pelo Governo Federal no que se refere às Usinas Hidrelétricas no Tapajós, finalizando com um debate sobre as formas de resistência implementadas pelos movimentos sociais e povos indígenas, incluindo neste debate as perspectivas que se abrem nesse momento histórico.

LOCAL: Auditório Central do IFPA (Avenida Almirante Barroso, esquina com a Rua Mariz e Barros).

DIA: 11 de dezembro de 2014

HORA: 18h

INSCRIÇÕES: seminarioxinguvivo@gmail.com

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Dion Monteiro.



PEC 215: Relatório sob suspeita de ter sido elaborado pela CNA pode ser votado amanhã

SÍTIO CIMI, 02.12.2014

Podem ser votadas nesta quarta-feira (3), no Congresso Nacional, duas propostas que restringem drasticamente os direitos territoriais indígenas e pretendem paralisar definitivamente a demarcação de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e Territórios Quilombolas.

Na Câmara dos Deputados, o parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, apresentado pelo deputado ruralista Osmar Serraglio (PMDB-PR) no dia 17/11, pode ser apreciado na Comissão Especial que analisa a matéria, às 14h30, no Plenário 12. A Comissão Mista de regulamentação da Constituição também pode votar o Projeto de Lei (sem nº) que regulamenta o Art. 231 da Constituição Federal, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), às 14h, no Plenário 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado.

Mais de 45 indígenas, de oito povos do Tocantins, estão em Brasília para realizar mobilizações contra os dois projetos, nesta terça e quarta-feira, no Congresso. No grupo vieram representantes dos povos Ava-Canoeiro, Apinajé, Krahô, Tapuia, Kanela do Tocantins, Xerente e Karajá de Xambioado.

PEC 215 – Relatório “terceirizado” pela CNA

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal investigam ruralistas por interferência indevida na tramitação da PEC (saiba mais). Por meio de interceptações telefônicas, o MPF descobriu que Sebastião Ferreira Prado, líder de uma associação de produtores rurais, planejava o pagamento de R\$ 30 mil ao advogado Rudy Maia Ferraz, que seria ligado à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), pela elaboração do parecer que Serraglio apresentou, em novembro, na Comissão Especial da PEC 215 (veja aqui).

Na ocasião, o MPF remeteu documentos relacionados à possível participação de parlamentares federais no caso à Procuradoria Geral da República para que fossem adotadas as medidas cabíveis. O esquema foi descoberto, em agosto, durante a investigação de uma organização criminosa que aliciava pessoas para promover a reinvasão da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT). O grupo recebia, segundo o MPF, recursos de outros Estados e apoiaria ações semelhantes na Bahia, Paraná, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

Na época, a Justiça Federal do Mato Grosso considerou que os fatos representavam “um desvirtuamento da conduta do parlamentar responsável pela elaboração da PEC, eis que a CNA é parte política diretamente interessada no resultado da mencionada PEC”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Apresentado por Serraglio como substitutivo, o novo relatório propõe uma ampla gama de exceções ao direito de posse e usufruto das terras por parte dos povos indígenas, além de inviabilizar novas demarcações e legalizar a invasão, a posse e a exploração das terras indígenas demarcadas.

Entre outros pontos, transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de aprovar a oficialização de TIs, UCs e Territórios Quilombolas e adota a data de promulgação da Constituição (5/10/1988) como "marco temporal" para comprovar a posse indígena, ou seja, a comunidade teria direito à terra apenas se puder demonstrar que ocupava o território nessa data (saiba mais).

PL que regulamenta o Art. 231 – interesses privados em detrimento do direito indígena

O Projeto de Lei Complementar que regulamenta o Art. 231 da Constituição Federal é assinado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), ex-líder do governo no Senado, mas, de acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), teria sido elaborado pelo advogado-geral da União (AGU), Luís Inácio Adams. A proposta classifica propriedades rurais como "área de relevante interesse público da União". Como consequência, o projeto estabelece que essas áreas poderão ser excluídas da delimitação das terras indígenas se seus títulos de ocupação forem "considerados válidos" ou poderão ser objeto de desapropriação ou de compensação com outra área ofertada pela União. Dessa forma, o projeto transforma interesses privados em "relevante interesse público da União".

Mobilização em Brasília

Os indígenas do Tocantins estarão mobilizados nesta terça e quarta-feira no Congresso Nacional e, além de manifestar-se contra as proposições anti-indígenas de parlamentares ruralistas, o grupo cobrará a retomada das demarcações das terras indígenas por parte do governo Dilma - o que menos tem demarcado terras desde a ditadura militar, e manifestará repúdio à indicação da senadora ruralista Kátia Abreu (PMDB-TO), presidente da CNA para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Assessoria de comunicação da Mobilização Nacional Indígena

Oswaldo Braga (ISA) – (61) 3035-5104 / 9103-2127 / oswaldo@socioambiental.org

Carolina Fasolo (Cimi) – (61) 2106-1650 / 9686-6205 / carolgfasolo@gmail.com



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Parlamentares criticam morosidade para resolver questão das terras indígenas terça-feira, 2 de dezembro de 2014

SÍTIO PROMAD, 02.12.2014

Por: Talitha Moya

Os parlamentares da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul criticaram o governo federal sobre a demora para resolver a questão das terras indígenas. De acordo com o deputado Felipe Orro (PDT), o descaso estende o sofrimento de produtores e índios. "Não fazem nem o mínimo necessário para que a paz impere por aqui e tudo indica que chegaremos ao caos", disse o parlamentar.

Para Felipe Orro, a falta de vontade política para resolver a questão coloca o Estado em um situação desgastante. "Me envergonha o tratamento que Mato Grosso do Sul tem recebido do governo federal. É só conversa e enrolação e há 20 anos estamos na mesma", continuou o deputado que fez um apelo aos demais parlamentares. "Faço um clamor para que todos deputados desta Casa chamem atenção do governo para resolver de uma vez por todas esse problema".

Para o deputado Zé Teixeira (DEM), a morosidade do governo federal para solucionar o problema leva ao aumento dos conflitos. "Sem uma visão voltada para a questão, o que podemos esperar se não um futuro desastroso?", ressaltou.

Permitida a reprodução, desde que contenha a assinatura "Portal ALMS".



Vítima de conflito entre índios e colonos no PA segue internada

SÍTIO GLOBO.COM, 02.12.2014

*Outras quatro vítimas receberam alta até a manhã desta terça-feira, 2.
Confronto entre Tembé e colonos ocorreu em Garrafão do Norte, no Pará.*

Apenas uma das cinco pessoas vítimas do conflito entre colonos e os índios Tembé na segunda-feira (1º) na Vila do Livramento, próximo à reserva indígena do Alto Rio Guamá, em Garrafão do Norte, nordeste do Pará, segue internada nesta terça-feira (2) no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, localizado em Ananindeua, na região metropolitana de Belém.

Segundo a Funai, o confronto ocorreu durante a ação de reintegração de uma área para os índios Tembé por decisão da Justiça Federal, proferida em setembro deste ano. Uma estrada de acesso foi aberta no local como início das ações de reintegração e retirada dos colonos da área da fazenda, que seria feita com apoio do Incra.

De acordo com o diretor do hospital, José Guataçara Gabriel, os cinco pacientes deram entrada na unidade ainda na segunda-feira. Dois deles tiveram alta na noite de segunda e outros dois foram liberados já na manhã de terça.

"A maioria deles foi atingida por tiros nos membros inferiores e superiores. O paciente que continua internado recebeu um disparo no quadril e estamos avaliando se será submetido a cirurgia", informou Guataçara.



Famíliares de colonos internados em hospital da Grande Belém aguardavam notícias sobre estado de saúde de pacientes. (Foto: Reprodução/Tv Liberal)

Ainda segundo o diretor, a vítima do conflito que segue no hospital é um adolescente de 16 anos. Segundo a Secretaria de Saúde de Garrafão do Norte, o jovem teria declarado que foi baleado ao tentar socorrer uma criança de 5 anos.

Os nomes dos pacientes não estão sendo divulgados a pedido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por medida de segurança.

Entenda o caso

Índios Tembé e colonos que habitam a Vila do Livramento, próximo à reserva indígena do Alto Rio Guamá, em Garrafão do Norte, nordeste do Pará, entraram em confronto na última

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

segunda-feira (1º). De acordo com os colonos, os indígenas teriam chegado atirando. Cinco colonos ficaram feridos e foram encaminhadas no mesmo dia para o Hospital Metropolitano, em Ananindeua.

Segundo a Funai, a fazenda onde ocorreu o confronto pertence a herdeiros da família Mejer Kabacvnik, que recebeu autorização do Incra para ocupar a área limite, mas invadiu 9 mil hectares da terra indígena, na década de 70.

Após 35 anos de processos judiciais, no último mês de setembro foi concedida uma liminar da Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), determinando a reintegração para os índios da área de 9 mil hectares. Outra liminar da Justiça Federal, em Paragominas, também deu a reintegração dos índios, em 10 de outubro.

Prevbarcos atenderam mais de 600 mil ribeirinhos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02.12.2014

Iniciativa transforma grandes embarcações em agências da Previdência. Desse modo, as populações mais isoladas do País podem ter acesso aos benefícios previdenciários



"Quando nós atracamos os barcos, já costumam ter 200, 300 pessoas esperando por atendimento",
relata o comandante Joel

Levar cidadania a comunidades ribeirinhas, indígenas, remanescentes de quilombos e a seringueiros da região amazônica. Foi com esse objetivo que a Previdência Social criou o projeto Prevbarco.

A iniciativa, que transforma grandes embarcações em agências da Previdência, permite que as populações mais isoladas do País tenham acesso aos benefícios previdenciários como auxílio-doença e aposentadoria. Em 17 anos, o projeto beneficiou mais de 600 mil pessoas só na região Norte do País.

Hoje, esse serviço é prestado por meio de quatro Prevbarcos que percorrem rios da bacia amazônica como o Amazonas, o Negro e o Xingú para atender a populações ribeirinhas dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia. Antes, o deslocamento de barco a uma agência da previdência mais próxima levava até 22 dias.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Índio de 40 anos é preso no aeroporto de M. Claros ao embarcar com revólver. E apresenta carteira da Funai

SÍTIO MONTES CLAROS, 02.12.2014

Repercutiu na imprensa nacional a prisão de índio de 40 anos (que se apresentou como líder indígena) ao tentar embarcar no aeroporto de Montes Claros com revólver na bagagem. "O revólver foi identificado pelo raio X do aeroporto, em Montes Claros" – resumiu o jornal "O Tempo", de BH.

upervisores do aeroporto interrogaram D.N.O. depois que o revólver com 5 balas – mais 4 numa pochete - foi revelado. O índio alegou que estava sendo perseguido e ameaçado por ser líder de sua tribo em São João das Missões, no Norte de Minas. Em seguida, apresentou carteira da Funai. Foi então preso e encaminhado à Polícia Federal em Montes Claros.



FAMILIAS ÀS MARGENS DO SÃO FRANCISCO NÃO TÊM ÁGUA

SÍTIO FAXAJU, 02.12.2014

Em uma comunidade quilombola margeada pelo Rio São Francisco, há quase 120 km da capital sergipana, mais de 130 famílias vivem como o drama da falta de água mesmo tendo duas adutoras da Companhia de Saneamento de Sergipe – Deso, a menos de 1 km de um dos seus povoados

Essa é a história da comunidade quilombola Lagoa dos Campinhos, localizada no município de Amparo do São Francisco. Dividida em quatro povoados (Criolo, Serrinha, Lago Seca e Pontal) a comunidade enfrenta há anos o total descaso no abastecimento de água.

Famílias, diariamente, se servem de baldes para sua sobrevivência, as três escolas que servem a comunidade já não funcionam em horário integral por conta da falta d'água e o posto de saúde recebe o fornecimento do carro pipa para que suas portas não sejam fechadas.

O mais absurdo está nos dois elementos que deixam essa história com requintes de sarcasmo e crueldade. As adutoras da Deso que abastecem boa parte das cidades sergipanas, inclusive Aracaju, ficam a 1 quilômetro do povoado Serraria e o rio, conhecido como da integração nacional, margeia dois dos quatro povoados pertencentes à comunidade Lagoa dos Campinhos (Lagoa Seca e Criolo).

“A nossa comunidade fica entre dois oásis, um feito pelo homem – as adutoras – e outro feito pela natureza – o Rio São Francisco – mas mesmo assim a comunidade não sabe o que é uma gota d'água descendo pela torneira de casa, desde que a gente se conhece como gente”, relata uma das lideranças da comunidade, Edson Santos.

E a situação só piora! Há quatro meses um chafariz que fornecia água para o povoado Pontal foi desativado, prejudicando mais de 20 famílias que tinham como único recurso hídrico esta fonte.

O término do abastecimento do chafariz foi motivado pelas contas absurdas que eram geradas, totalmente fora da realidade do consumo.

O chafariz, composto por duas torneiras chegou a gerar mais de 14 mil reais de gastos para a Prefeitura Municipal, um valor muito além da realidade no uso do equipamento e que reiteradamente foi denunciado, tanto pela população, quanto pela Prefeitura municipal.

Em síntese, a comunidade vive a base do carro pipa ou do exercício de ir e vir das margens do rio para buscar o mínimo de água para o cotidiano da sua família, o que para Agripino Pinheiro de Lemos, morador da comunidade, é uma situação que tende a se perdurar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

“Já fomos para todos os órgãos mostrar a nossa situação, protocolamos nosso pedido, participamos de audiências, a Prefeitura inclusive já se prontificou em construir um canal de abastecimento, mas a DESO não permitiu. É uma vida sem água encanada nas nossas casas. Nossos filhos só podem estudar em um período na escola por não haver água, os postos de saúde precisam do carro pipa para funcionar. Estamos no nosso limite, alguma providencia precisa ser tomada!”, reivindica Agripino.

A comunidade promete intensificar a pressão junto aos órgãos responsáveis, principalmente no que diz respeito à DESO, para que essa situação histórica tenha um novo curso.

Agência VoZ



Índios da Venezuela impedem abastecimento de carros de Roraima

SÍTIO GLOBO.COM, 02.11.2014

*Índios impediram entrada de carros brasileiros em cidade venezuelana.
De acordo com a PM, protesto de índios pode continuar nesta terça-feira (2).*

Em protesto, índios da Venezuela fecharam na tarde desta segunda-feira (1º) a barreira de acesso ao país vizinho, impedindo brasileiros de abastecerem veículos em um posto de gasolina localizado na área indígena Santo Antônio, na cidade de Santa Elena de Uairén, que faz fronteira com Roraima. Eles não estariam recebendo participação no lucro por ceder à terra indígena à empresa de combustível.

De acordo com o tenente Gonzaga, da Polícia Militar em Pacaraima, município fronteiriço, os índios impossibilitaram a entrada de carros na Venezuela e, em represália, brasileiros também impediram que venezuelanos circulassem no Brasil.

"Os índios venezuelanos fecharam a barreira com uma corda. Mas eles estariam deixando passar os carros venezuelanos e impedindo os dos brasileiros. Por isso, os motoristas que esperavam o posto de gasolina abrir decidiram colocar uma corda e não deixaram os venezuelanos atravessarem para o seu país", explicou o tenente.

O fechamento da barreira durou até as 18h30 após uma conversa com o representante da comunidade indígena Santo Antônio e, de acordo com o policial, nesta terça-feira (2) os índios prometaram fechar novamente a barreira.

"O posto de gasolina está na área deles e, pelo que sabemos, eles não estariam recebendo o valor correto para ceder o espaço para empresa que mantém o posto na terra indígena. Ou seja, uma participação no lucro. E estariam sem receber há muito tempo. Por isso, não deixam passar ninguém. Não tem muita coisa a ver com a gente", pontuou.

Segundo Diógenes Monteiro, morador de Pacaraima, o gerente do posto de gasolina não cedeu às reivindicações dos indígenas. "Como não houve acordo, os índios fecharam a barreira de acesso para dentro de Santa Elena de Uairén, impedindo carros de entrarem no país vizinho para abastecimento. Hoje [segunda] foi o 'inferno'. E amanhã [terça-feira], eles fecharão de novo", relatou.

Questão venezuelana

Em entrevista ao G1 no dia 21 de novembro, o prefeito de Pacaraima, Altemir Campos (PSDB), disse que alguns empresários já pensaram em criar um posto de combustível na cidade fronteiriça para abastecer a região, mas, devido à concorrência de preço com a gasolina venezuelana, muitos desistem de abrir o negócio.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

"Se tiver algum empresário com a ideia de entrar nessa concorrência, a prefeitura de Pacaraima não tem nada contra", destacou. Campos comentou que a interdição do serviço do posto não tem nenhuma relação com o Brasil. "Essas são questões internas de compromisso que a empresa não cumpriu com a comunidade indígena. Não tem nada a ver com o Brasil. Isso é questão venezuelana", afirmou.



Deputada Janete alerta para ameaça aos índios

SÍTIO BRASIL 247, 02.12.2014

A deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP) fez "um alerta ao povo brasileiro sobre as graves ameaças contra os povos indígenas, de quilombo e unidades de conservação"; A Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição – PEC – 215/2000, agendou para esta semana a votação do relatório que transfere do Executivo para o Legislativo a identificação, homologação e demarcação das Terras Indígenas



Conclamo à mobilização, para que venham a esta Casa, quarta-feira, 3, às 14h30min, os defensores dos direitos humanos e das minorias políticas e econômicas", discursou a socialista, ao achar possível que a bancada ruralista tente votar a PEC no Plenário da Câmara "no apagar das luzes" da legislatura.

Em aparte, o deputado Luiz Couto (PT/PB) afirmou que é contrário ao teor da PEC. Denunciou que fora nomeado relator, em 2007, tendo sido afastado da relatoria para que fosse indicado um deputado favorável à matéria.

Segundo Janete, os povos indígenas alertam que o relatório do deputado Osmar Serraglio é pior que o texto original da PEC por que, "além de transferir para essa Casa a atribuição do Poder Executivo, os indígenas poderiam permutar terras e os povos considerados 'em estágio avançado de integração' poderiam fazer arrendamento, estratégia já usada no passado para o esbulho dos territórios tradicionais".

Para ela, "o novo texto propõe a revisão dos processos que tenham conflito, abrindo enorme instabilidade jurídica. O relatório revela absoluta ignorância da cultura indígena, que poderiam negociar terras como se fosse apenas um bem material".

A socialista considera que "o genocídio dos povos indígenas brasileiros, negando-lhes as terras tradicionais, resulta do absurdo poder econômico que determina quem sairá vencedor das disputas eleitorais".

CONT.



"A representação desproporcional, inchada pelo poder econômico, faz com que os representantes da elite rural se valham das instituições da democracia para calar aqueles que não têm representação nesta Casa, ou proteção do poder público. Ameaças impostas pela representação distorcida, nesta Casa, determinada pelo poder financeiro, o que nos remete à urgência das reformas de base", afirmou, para defender a reforma política.

Semana passada, povos indígenas do Maranhão publicaram uma nota repudiando a PEC 215, considerando "uma provocação" os rumores de que a senadora Kátia Abreu seria indicada para o Ministério da Agricultura e pedindo a troca do ministro da Justiça. Do Congresso, pedem a aprovação do Estatuto do Índio. Da presidenta Dilma Rousseff, a assinatura de 17 decretos homologatórios e do ministro da Justiça, 13 portarias declaratórias que reduziriam os conflitos entre índios e não índios. Segundo a socialista, a ausência dessas assinaturas teria agravado a violência contra os índios no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Bahia.



Indígenas da etnia terena continuam em fazenda em Aquidauana, MS

SÍTIO GLOBO.COM, 02.12.2014

Grupo ocupou a fazenda Maria do Carmo na última sexta-feira (28).

Índios, policiais federais e representantes da Justiça se reúnem nesta terça.

O grupo de índios da etnia terena que ocupou a fazenda Maria do Carmo continua na propriedade localizada no distrito de Taunay, em Aquidauana, cidade localizada a 131 km de Campo Grande. Nesta terça-feira (2), representantes dos índios, policiais federais e representantes da Justiça se reúnem na capital sul-mato-grossense.

A Polícia Militar (PM) informou ao G1 que cerca de 150 índios permanecem no local.

Os índios, que ocuparam a propriedade na madrugada da última sexta-feira (28), afirmam que não vão deixar a terra e cobram providências do Ministério da Justiça. "Enquanto o Ministro da Justiça não assinar nossa portaria declaratória continuaremos retomando fazenda por fazenda que incide em nosso território e faremos a autodemarcação de nosso território tradicional", informou o grupo em carta divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) após a ocupação.

O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça, mas não obteve retorno.

Os índios reivindicam a Terra Indígena Taunay/Ipegue. De acordo com a carta, o processo demarcatório do território iniciou-se em 1985 e ainda não foi concluído. Em 2010 a Justiça Federal suspendeu o processo demarcatório, porém, em abril de 2014, a decisão foi revogada.

Donos

Proprietários da fazenda Maria do Carmo deixaram a sede da propriedade no sábado (29), após reunião com representantes do Ministério Público Federal (MPF), PF e indígenas.

De acordo com o comandante do Batalhão da Polícia Militar (PM), Renato Tolentino, ficou acordado que os proprietários têm o prazo de cinco dias para retirar o gado da fazenda e os índios se comprometeram a não mexer na sede.

Ocupação

O grupo que ocupa a fazenda é formado por homens, mulheres, crianças e idosos. Segundo informações do coordenador técnico da Funai em Aquidauana, João Valdir, moradores de sete aldeias do município participam da ocupação.

De acordo com a família dos proprietários da fazenda, no momento da ocupação, dez pessoas estavam na sede da propriedade e elas teriam ficado isoladas no local, já que os indígenas teriam fechado a ponte de acesso à fazenda.



Famasul divulga nota de repúdio sobre invasão de fazenda no MS

SÍTIO NOTÍCIAS DA PECUÁRIA, 02.12.2014

Na última semana, cerca de 150 índios invadiram a Fazenda Retiro Maria do Carmo, em Aquidauana (MS) e, até o momento, nenhuma ação concreta foi realizada para solucionar o problema.

Motivo que levou a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) a publicar Nota de Repúdio.

Confira:

A Federação da Agricultura e Pecuária de MS – Famasul manifesta publicamente sua indignação frente às autoridades estaduais e federais diante da mais recente invasão de propriedade rural em Mato Grosso do Sul. Desde a última sexta-feira (28.11), a fazenda Retiro Maria do Carmo, em Aquidauana, foi invadida por um grupo de indígenas terena, deixando os proprietários reféns de mais uma situação de ilegalidade e violência. Uma condição que já se tornou recorrente em nosso Estado, que tem hoje 82 propriedades privadas rurais invadidas por indígenas.

Ao invés de retirar os invasores, brasileiros índios que afrontam o direito de propriedade garantido pela Constituição Federal, as forças policiais retiram os proprietários, brasileiros produtores rurais que vivem em crescente insegurança jurídica, garantindo proteção para mais este ato de ilegalidade e violência.

É lamentável que o poder público abra espaço para manifestações de intimidação, atos que põem em risco a democracia brasileira. A sociedade não pode admitir o uso de invasões de propriedades privadas e produtivas, destruição de patrimônio particular e a resistência injustificada a ordens judiciais, criando um quadro de desobediência civil, como se fossem meros mecanismos de reivindicação.

Em constante interlocução na busca de uma solução legal e justa para todos, a Famasul manifesta ainda sua indignação diante da inoperância das negociações do Governo Federal para a compra das propriedades no entorno da Aldeia Buriti, nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, uma vez já admitido publicamente ser este o meio mais viável e justo para dissipar os conflitos gerados pelas invasões no Estado.

A Famasul confia que, com empenho e bom senso é possível se chegar a uma solução que atenda a produtores e indígenas, pois a garantia do direito de um não significa direito subtraído do outro.

Informações Famasul

"Comissão debate situação de posseiros retirados de área indígena no Mato Grosso"
SÍTIO CAMINHO POLÍTICO, 02.12.2014



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural promove audiência pública, na quinta-feira (4), para discutir as consequências, medidas e atitudes tomadas com relação à retirada de posseiros da área indígena Marãiwatsédé e a situação posterior dos moradores do Posto da Mata (MT)

O evento foi solicitado pelos deputados Nilson Leitão (PSDB-MT) e Reinaldo Azambuja (PSDB-MS). Segundo eles, faz-se necessário um maior debate sobre o tema em questão. Eles observam que a terra indígena Marãiwatsédé fica quase na divisa com o estado de Tocantins.

De acordo com os parlamentares, Marãiwatsédé foi homologada em 1998, por decreto presidencial, mas, mesmo assim, permaneceram dentro da área muitos produtores de arroz e soja. Segundo eles, há aproximadamente um ano, o Ministério da Justiça ordenou a retirada da área, os moradores tiveram que desocupar suas casas, os produtores rurais deixaram suas fazendas.

"A gleba Suiá-Missú, era a área mais produtiva de Alto Boa Vista. Segundo a associação de produtores, destas terras saíam 73% da produção agrícola do município. Além de não produzir mais, boa parte dos agricultores e pecuaristas está endividada agora", afirmam.
Violação de direitos

Os deputados destacam que, "recentemente a Secretaria de Direitos Humanos admitiu que a desocupação não foi feita da melhor forma e que houve violação dos direitos humanos". Ainda segundo a Secretaria, o caso Suiá-Missú deve servir de exemplo para que não ocorra em outros processos de demarcação de terras indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

“Muitas famílias estão passando sérias necessidades, em estado de miséria, principalmente as que estão instaladas no projeto Casulo do governo federal. O local não possui infraestrutura e as famílias vivem em barracos de lona preta”, dizem os parlamentares.

“Esse projeto é precário, mais conhecido como vila da miséria, um loteamento de diversas famílias que estão passando fome. Não tem como levar água, nem médico para o local por conta da localização geográfica”, observam Nilson Leitão e Reinaldo Azambuja.

“Acreditamos firmemente que a audiência contribui para o atendimento dos propósitos da sociedade brasileira, no sentido de buscar solução para o conflito permanente, ressaltando o estado de abandono e total descaso com os brasileiros que foram retirados de suas áreas de moradia e subsistência”, argumentam os parlamentares.

Convidados

Foram convidados para discutir o tema com os integrantes do colegiado, mas ainda não confirmaram presença:

- o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski;
- o ministro da Agricultura, Neri Geller;
- a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Ideli Salvatti;
- o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto;
- o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; e
- o presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes.

A audiência ocorrerá no plenário 6, a partir das 9h30.

Da Redação – NA



III Carta da Autodemarcação do Território Daje Kapap Eypi, Munduruku SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.12.2014

Aldeia Sawré Muybu, 28 de novembro de 2014

"Quando nós passamos onde porcos passaram, eu vi, eu tive uma visão deles passando. Eu tenho 30 anos. Quando eu era criança minha mãe me contou a história dos porcos. É por isso que devemos defender nossa mãe terra. As pessoas devem respeitar também. Todas as pessoas devem respeitar porque a história está viva ainda, estamos aqui, somos nós", Orlando Borô Munduruku, aldeia Waro Apompu do Alto Tapajós.

Hoje, pela primeira vez durante a autodemarcação, chegamos ao local sagrado Daje Kapap Eypi, onde os porcos atravessaram levando o filho do Guerreiro Karasakaybu. Sentimos algo muito poderoso que envolveu todo nosso corpo.

Outra emoção forte que sentimos hoje foi ver nossa terra toda devastada pelo garimpo bem perto de onde os porcos passaram. Nosso santuário sagrado está sendo violado, destruído 50 pc's

(retroescavadeiras) em terra e 5 dragas no rio. Para cada escavadeira, 5 pobres homens, em um trabalho de semiescravidão, explorados de manhã até a noite por 4 donos estrangeiros.

Primeiro o governo federal acabou Sete Quedas, no Teles Pires, que foi destruído pela hidrelétrica, matando o espírito da cachoeira. E agora, com seu desrespeito em não publicar o nosso relatório, acaba também com Daje Kapap Eypi.

Sentimos o chamado. Nosso guerreiro, nosso Deus, nos chamou. Karosakaybu diz que devemos defender nosso território e nossa vida do grande Daydo, o traidor, que tem nome: O governo Brasileiro e seus aliados que tentam de todas as formas nos acabar.

Nós estamos lutando pela nossa demarcação há muitos anos, sempre que a gente vai pra Brasília a FUNAI inventa mentiras e promessas pra nos acalmar. Sabemos que a Funai faz isso para ganhar o tempo para construção da hidrelétrica do Tapajós, agora nós cansamos de esperar.

Aldeia Sawré Muybu, 28 de novembro de 2014.

"Quando nós passamos onde os porcos passaram, eu vi, eu tive uma visão deles passando. Eu tenho 30 anos. Quando eu era criança minha mãe me contou a história dos porcos. É por isso que devemos defender nossa mãe terra. As pessoas devem respeitar também. Todas as pessoas devem respeitar porque a história está viva ainda, estamos aqui, somos nós", Orlando Borô Munduruku, aldeia Waro Apompu do Alto Tapajós.

Hoje, pela primeira vez durante a autodemarcação, chegamos ao local sagrado Daje Kapap Eypi, onde os porcos atravessaram levando o filho do Guerreiro Karosakaybu. Sentimos algo muito poderoso que envolveu todo nosso corpo.

Outra emoção forte que sentimos hoje foi ver nossa terra toda devastada pelo garimpo bem perto de onde os porcos passaram. Nosso santuário sagrado está sendo violado, destruído por 50 pc's (retroescavadeiras) em terra e 5 dragas no rio. Para cada escavadeira, 5 pobres homens, em um trabalho de semiescravidão, explorados de manhã até a noite por 4 donos estrangeiros.

Primeiro o Governo Federal acabou Sete Quedas, no Teles Pires, que foi destruído pela hidrelétrica, matando o espírito da cachoeira. E agora, com seu desrespeito em não publicar o nosso relatório, acaba também com Daje Kapap Eypi.

Sentimos o chamado. Nosso guerreiro, nosso Deus, nos chamou. Karosakaybu diz que devemos defender nosso território e nossa vida do grande Daydo, o traidor, que tem nome: O Governo Brasileiro e seus aliados que tentam de todas as formas nos acabar.

Nós estamos lutando pela nossa demarcação há muitos anos, sempre que a gente vai para Brasília a FUNAI inventa mentiras e promessas para nos acalmar. Sabemos que a Funai faz isso para ganhar o tempo para construção da hidrelétrica do Tapajós, agora nós cansamos de esperar.

Sem chorar ou transformando as lágrimas em coragem, em Assembleia tomamos a seguinte decisão: A Funai tem três dias para publicar o nosso relatório e dar continuidade à demarcação, homologação e desintrusão da nossa terra.

Caso não sejamos atendidos, vamos dar continuidade ao trabalho da autodemarcação até o final. Por enquanto só estamos avisando os invasores que eles devem sair do nosso território, mas se a Funai não fizer o que tem que ser feito, ou seja, publicar o nosso relatório e demarcar nossa terra, a mesma, com a sua omissão, estará provocando um conflito com proporções inimagináveis entre Munduruku e invasores, que já é anunciado há muito tempo, com todas as denúncias de ameaças de estamos sofrendo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2014

Brasília, 02 de dezembro de 2014.

Sem chorar ou transformando as lágrimas em coragem, em Assembléia tomamos a seguinte decisão: A FUNAI tem três dias para publicar o nosso relatório e dar continuidade à demarcação, homologação e desintrusão da nossa terra.

Caso não sejamos atendidos, vamos dar continuidade ao trabalho da autodemarcação até o final. Por enquanto só estamos avisando os invasores que eles devem sair do nosso território, mas, se a Funai não fizer o que tem que ser feito, ou seja, publicar o nosso relatório e demarcar nossa terra, a mesma, com sua omissão, estará provocando um conflito com proporções inimagináveis entre Munduruku e invasores, que já é anunciado há muito tempo, com todas as denúncias de ameaças que estamos sofrendo.